

MOÇÃO

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Constituição da República Portuguesa, art.º 64º nº 1, “Todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover.”

Se a situação a nível nacional é dramática, o distrito de Beja ainda está mais prejudicado, porque nunca existiram medidas promotoras do desenvolvimento regional, situação que provocou uma conjuntura desfavorável de que o êxodo populacional, o envelhecimento da população, o desemprego e as carências económicas e sociais são a face mais visível.

Em simultâneo, a prestação de serviços de saúde no distrito tem vindo a piorar, com dificuldades cada vez maiores no acesso aos serviços de saúde, algumas das medidas tomadas irão levar ao afastamento da população dos centros de saúde e hospitais por não conseguirem suportar os custos, o que leva ao aumento das dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, com maiores custos para as famílias e resultados dramáticos para a população que vive dos seus salários, reformas e pensões.

Com efeito, na área da saúde as medidas estão a tomar proporções assustadoras:

- Reduziram-se os horários de Centros de Saúde e fecharam já extensões de saúde;
- Foram retirados serviços fundamentais no Hospital de Serpa e aponta-se para a sua privatização ou encerramento;
- Fala-se também no encerramento da maternidade do Hospital de Beja por não nascerem crianças em número suficiente;
- Limitou-se drasticamente o transporte de doentes não urgente, os bombeiros foram obrigados a reduzir o seu efetivo pondo também em perigo o cumprimento do serviço de urgência;
- Não foram concretizados, como estava previsto, os Serviços de Urgência Básica;
- Há indicações de que existem 34 extensões de centros de saúde em risco de encerrar só no distrito de Beja.

Não bastasse isso, e como se as taxas moderadoras servissem para financiar os serviços de saúde, há o aumento das taxas moderadoras para o dobro - ou nalguns casos para mais - nas consultas dos centros de saúde e nos hospitais, bem como nos meios auxiliares de diagnóstico, o que vai retirar a muitos utentes o acesso à saúde.

De igual forma e entre outras medidas danosas, alguns medicamentos e meios terapêuticos vão deixar de ser comparticipados pelo SNS.



A Assembleia Municipal de Serpa reunida a 29 de dezembro de 2011 exige:

- A reposição do laboratório e de todos os serviços já retirados ao Hospital de Serpa, bem como a continuidade de todos os existentes,
- A instalação do Serviço de Urgência Básica e o não encerramento de nenhuma das extensões do Centro de Saúde, assim como a manutenção da qualidade dos serviços;
- Que seja adotada uma estratégia que privilegie a criação de novas valências nos hospitais da região;
- A conclusão da instalação dos serviços de urgência e da rede de emergência médica;
- Que seja reposto e reforçado o apoio aos utentes do SNS, no que ao transporte de doentes não urgentes concerne;
- A melhoria dos serviços de saúde em todos os concelhos, no quadro do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito;
- Exigimos que o SNS cumpra o seu desígnio, com garantias de melhor qualidade e acesso mais rápido;

Enquanto cidadãos portugueses, enquanto representantes das populações e enquanto potenciais utentes lutamos contra o encerramento de serviços públicos na saúde e manifestamos a nossa recusa frontal às medidas que contribuam para limitar e extinguir serviços públicos fundamentais e que sejam contrárias ao desenvolvimento e condições de vida dos portugueses.

Manifestamos o nosso total repúdio a estas políticas que prejudicam claramente a população do concelho de Serpa em particular e do distrito de Beja em geral.

Moção apresentada pelos eleitos da CDU e aprovada, por maioria, com um voto contra do PSD, na sessão da Assembleia Municipal de Serpa, realizada no dia 29 de dezembro de 2011